

A IMPORTÂNCIA DO PAPEL DO FARMACÊUTICO NO PROCESSO DE INTERCAMBIALIDADE DE MEDICAMENTOS CONTROLADOS EM TEMPOS PÓS PANDEMIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Aila Gomes Lima

Amanda Karine de Sousa

Ana Sheslla Luciano Basilio

Caio Cesar Vieira Rocha

Cicera Édna Barbosa David

Dárcio Luiz de Sousa Júnior

Emanuel de Sousa Lima Sampaio

Filipe Joaquim Gonçalves

Heryka Regina Abrantes da Costa

Iasminy Macedo

João Victor de Sousa

José Mateus Alves Moreira

Joyce da Silva Costa

Júlio César Silva**

Larissa Rayane Alencar do Espírito Santo Araújo

Leandro Marques Correia

Lívia Maria Ferreira Alencar

Lívia Pereira Ferreira

Marina Micaelle Rodrigues Siqueira^s

Raimundo Luiz Silva Pereira

Ricardo Rosal dos Santos

** Autor correspondente: Universidade Regional do Cariri, Rua

Coronel Luiz Teixeira, 1161, Pimenta, Crato/CE, 63105-010

E-mail: juliocesarafonsobarros@outlook.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3229244558123314>

^s Supervisora: R. São Francisco, 1224, São Miguel, Juazeiro do Norte - CE, 63010-475

RESUMO: A pandemia de COVID-19 provocou profundas transformações no sistema de saúde, impactando diretamente o acesso e a continuidade de tratamentos com medicamentos sujeitos a controle especial. Diante desse cenário, a intercambialidade de medicamentos — substituição de um fármaco por outro equivalente, como genéricos ou similares — tornou-se uma estratégia essencial para garantir a terapêutica segura e eficaz. Este artigo tem como objetivo demonstrar a importância do papel do farmacêutico nesse processo, especialmente no período pós-pandêmico, por meio de uma revisão integrativa da literatura. A busca foi realizada em bases de dados científicas, utilizando descritores específicos, com critérios de inclusão e exclusão previamente definidos. A análise dos estudos revelou que o farmacêutico desempenha um papel técnico, clínico e educativo fundamental, sendo o profissional legalmente habilitado para realizar a intercambialidade de medicamentos controlados com segurança, conforme normativas vigentes. O direito do profissional médico de prescrever, embora legítimo, é por vezes exercido de maneira subjetiva, sem a devida consideração por protocolos clínicos baseados em evidências. Além disso, práticas culturais e sincréticas podem levar a usos não previstos dos medicamentos, desviando-os de suas indicações originais e expondo os pacientes a riscos imprevisíveis. Esses fatores, combinados, impõem desafios significativos à promoção do uso racional de medicamentos e à efetividade das políticas de saúde pública. A atuação deste profissional não apenas assegura o uso racional de medicamentos, mas também contribui para o acesso da população aos tratamentos, reduzindo custos e promovendo a adesão terapêutica. Conclui-se que fortalecer a capacitação e a autonomia do farmacêutico nesse processo é essencial para a qualificação da assistência em saúde e para o enfrentamento dos desafios impostos pela pandemia e seus desdobramentos. Além disso, torna-se necessário ampliar a discussão sobre a intercambialidade de medicamentos controlados, promovendo atualizações constantes nas normativas e capacitações específicas para os farmacêuticos que atuam na linha de frente dos serviços de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Intercambialidade. Medicamentos controlados. Pandemia.

THE IMPORTANCE OF THE PHARMACIST'S ROLE IN THE PROCESS OF MEDICATION EXCHANGE FOR CONTROLLED DRUGS IN THE POST-PANDEMIC ERA: AN INTEGRATIVE REVIEW

ABSTRACT: The COVID-19 pandemic caused profound transformations in the healthcare system, directly impacting access to and the continuity of treatments with controlled medications. In this context, medication interchangeability — the substitution of one drug for an equivalent, such as generics or similar medications — has become an essential strategy to ensure safe and effective therapy. This article aims to demonstrate the importance of the pharmacist's role in this process, especially in the post-pandemic period, through an integrative review of the literature. The search was conducted in scientific databases, using

specific descriptors, with predefined inclusion and exclusion criteria. The analysis of the studies revealed that the pharmacist plays a fundamental technical, clinical, and educational role, being the professional legally authorized to safely interchange controlled medications in accordance with current regulations. The right of physicians to prescribe, although legitimate, is sometimes exercised subjectively, without due consideration of evidence-based clinical protocols. Furthermore, cultural and syncretic practices can lead to unforeseen uses of medications, diverting them from their original indications and exposing patients to unpredictable risks. These factors, combined, pose significant challenges to promoting the rational use of medications and the effectiveness of public health policies. The work of this professional not only ensures the rational use of medications but also contributes to the population's access to treatments, reducing costs and promoting therapeutic adherence. It is concluded that strengthening the training and autonomy of the pharmacist in this process is essential for improving healthcare quality and for addressing the challenges posed by the pandemic and its consequences. Additionally, it is necessary to expand the discussion on the interchangeability of controlled medications, promoting constant updates to regulations and specific training for pharmacists working on the front lines of healthcare services.

KEYWORDS: Controlled medications. Interchangeability. Pandemic.

INTRODUÇÃO

A pandemia da doença pelo coronavírus 2019, COVID-19 (sigla em inglês para coronavirusdisease 2019) foi reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no dia 11 de março de 2020 (WHO, 2020). No Brasil, desde o primeiro caso, confirmado em 26 de fevereiro, foram registrados outros 374.898, e 23.485 óbitos atestados até 1º de junho. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020)

Castro de Araújo e Machado (2020) destacaram que uma das medidas de contenção da transmissão do vírus na pandemia, o isolamento social, está, de modo contraditório, relacionado a muitos sintomas, podendo antecipar possíveis infecções e ansiedades generalizadas sobre as condições de saúde. A maioria das pessoas, segundo esses autores, será impactada de algum modo pela COVID-19 e é necessário construir estratégias para assegurar às pessoas o acesso à medicação, quando necessária, e aconselhamento durante a pandemia.

A epidemia de COVID-19 encontra a população brasileira em situação de extrema vulnerabilidade, com altas taxas de desemprego e cortes profundos nas políticas sociais. Ao longo dos últimos anos, especialmente após a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, que impõe radical teto de gastos públicos e com as políticas econômicas implantadas pelo atual governo, há um crescente e intenso estrangulamento dos investimentos em saúde e pesquisa no Brasil. É justamente nesses momentos de crise que a sociedade percebe a importância para um país de um sistema de ciência e tecnologia forte e de um sistema único de saúde que garanta o direito universal à saúde (Wenerk; Carvalho, 2020).

Há milhares de princípios ativos e associações no mercado de medicamentos e novas opções são oferecidas aos profissionais prescritores diariamente, dificultando a escolha do medicamento mais adequado para o paciente. A tarefa de diagnosticar a necessidade terapêutica do paciente e identificar os medicamentos disponíveis de melhor custo-benefício requer conhecimentos não oferecidos na formação dos profissionais de saúde. Conhecer as características desses medicamentos é importante devido à possibilidade de intercambialidade entre produtos com equivalência terapêutica (ANVISA, 2006).

A substituição destes medicamentos nesta legislação, é um ato privativo do farmacêutico, desde que apresentem a mesma formulação e sejam aprovados nos testes de biodisponibilidade e bioequivalência como preconiza na legislação. Os medicamentos considerados intercambiáveis apresentam eficácia e segurança comprovadas com uma oportunidade para o paciente em baratear o tratamento sem prejuízos a saúde, e, assim prevenir ou promover o sucesso de patologias diagnosticadas (Herrmann, Moreira, 2019).

A pandemia da COVID-19 provocou transformações significativas no sistema de saúde, impactando diretamente o acesso a prescrição e a dispensação de medicamentos, especialmente aqueles sujeitos a controle especial. Nesse contexto, a intercambialidade de medicamentos ou seja, a substituição de um medicamento por outro equivalente, seja genérico ou similar passou a ser uma estratégia essencial para garantir a continuidade dos tratamentos.

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo demonstrar a importância da atuação do farmacêutico no processo de intercambialidade de medicamentos controlados em tempos pós-pandemia, tendo como norte o seguinte questionamento: qual a relevância da participação do farmacêutico nesse processo nos serviços de saúde no cenário pós-pandêmico? Para isso, será realizada uma revisão integrativa da literatura, com o intuito de identificar, compilar e analisar as evidências científicas e normativas disponíveis sobre o tema. A realização desta pesquisa se justifica pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre o papel do farmacêutico nesse contexto, contribuindo para o fortalecimento das práticas clínicas e da segurança na substituição de medicamentos controlados, especialmente diante dos desafios enfrentados no período pós-pandêmico.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo com extração de dados realizados a partir de fontes complementares, por meio de revisão integrativa de dados. A pesquisa é uma das condições de se iniciar um estudo, buscando-se semelhanças e discordâncias entre os artigos levantados nos documentos de referência. A compilação de informações em meios digitais é um grande avanço para os pesquisadores, democratizando o acesso e proporcionando atualização frequente (Brevidegli MM, 2008).

Para o levantamento dos artigos na literatura, realizou-se uma busca nas seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Medical Literature Analysis and Retrieval System on-line (Medline), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Periódicos CAPES. Foram utilizados, para busca dos artigos, os seguintes descritores e suas combinações nas línguas portuguesa e inglesa: “intercambialidade”, “pandemia”, “medicamentos controlados” “interchangeability”, “pandemic” e “controlled medications” associado por meio do operador booleano OR e AND.

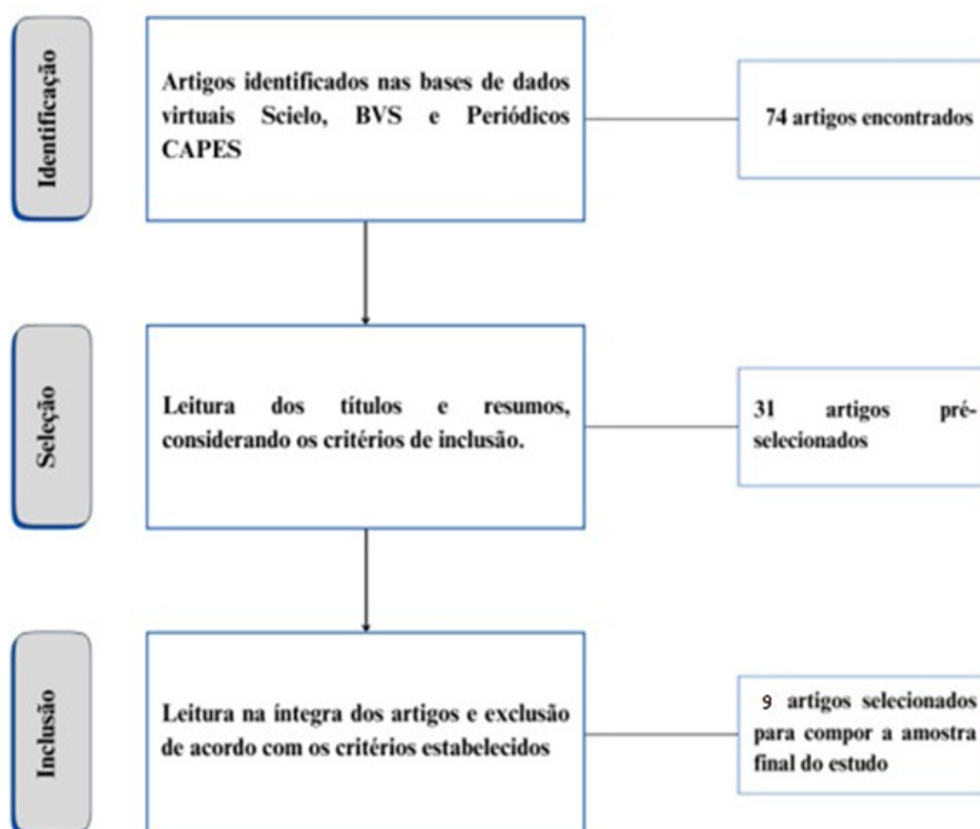
Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos foram: artigos publicados em português, inglês e espanhol; artigos na íntegra que retratassem o objetivo deste estudo, período 10 anos e artigos publicados e indexados nos referidos bancos de dados. As buscas foram realizadas durante os meses de março de 2025 e agosto de 2025.

Foram excluídos os artigos de revisão, artigos duplicados e aqueles cujos títulos e resumos não contemplavam o objetivo temático desta pesquisa.

A análise dos estudos selecionados foi conduzida pelos autores Polit, Beck, Hungler e Lo Biondo-Wood, Haber, sendo que tanto a análise quanto a síntese dos dados extraídos dos artigos foram realizadas de forma descritiva, possibilitando observar e classificar os dados de acordo com leitura de resumos e títulos, e após exclusão de acordo com os critérios, leitura na íntegra com a finalidade de respaldar o embasamento teórico-prático sobre A Importância do papel do Farmacêutico no processo de Intercambialidade de Medicamentos controlados em tempos pós pandemia, com um instrumento padronizado contendo as informações: título, autor e ano, objetivo, metodologia do estudo e principais resultados.

A seleção com inclusão e exclusão dos artigos pesquisados encontra-se ilustrada na figura 01.

Figura 01. Fluxograma da seleção dos estudos. Fonte: autor.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a metodologia descrita, através das bases de dados utilizadas na pesquisa, foram encontrados 74 (setenta e quatro) artigos, onde através dos critérios de inclusão e exclusão foram pré-selecionados 31 (trinta e um), estes lidos na íntegra e selecionados 09 (nove) artigos, decorreram como fonte principal da revisão integrativa com o resultado final descrito conforme a tabela 01 a seguir.

Quadro 01. Caracterização dos estudos incluídos.

Autor/Ano	Título	Objetivo	Metodologia	Principais Resultados
PEREZ (2025)	Psychosocial Impact of the COVID-19 Pandemic in the Post-Peak Period: Differences Between Individuals With and Without Pre-Existing Psychiatric Conditions	Avaliar o impacto psicossocial da pandemia no período pós-pico no Brasil, comparando pessoas com e sem condições psiquiátricas prévias.	Estudo quantitativo, transversal e comparativo, realizado no período pós-pico da pandemia de COVID-19 no Brasil.	Indivíduos com transtornos psiquiátricos pré-existent apresentaram níveis significativamente mais altos de: Depressão, ansiedade e estresse ($p < 0,001$); Insônia e fadiga emocional; Sentimentos de isolamento social e menor percepção de suporte social. A qualidade de vida global (avaliada pela WHOQOL-BREF) foi inferior entre participantes com condições psiquiátricas prévias, principalmente nos domínios psicológico e social. O estudo sugere que a população brasileira apresenta efeitos prolongados da pandemia, configurando uma “segunda onda” de impacto psicossocial.
VITAL (2024)	Covid-19 pandemic and its impact on medical students in Maceió, Alagoas, Northeast Brazil.	Analisar os impactos da pandemia de COVID-19 na vida acadêmica, emocional e social dos estudantes de Medicina de Maceió (Alagoas), durante o período de ensino remoto e isolamento social.	Pesquisa de campo tipo transversal, com questionário eletrônico aplicado via WhatsApp a estudantes de medicina (243 respondentes).	Alterações negativas em sono, alimentação, concentração durante a pandemia; Apenas ~4,11% dos estudantes afirmaram não ter ansiedade; ~2,9% disseram não estar preocupados com a pandemia.
SANTOS (2023)	Quantitative study of the use of psychotropic medications dispensed in a public pharmacy in the city of São Miguel do Iguaçu, Paraná.	Avaliar a quantidade de medicamentos psicotrópicos dispensados em uma farmácia pública de São Miguel do Iguaçu (PR) no período de 2017–2021.	Pesquisa quantitativa de campo, com análise documental dos dados de dispensação.	Alto número de dispensações de medicamentos controlados, incluindo antidepressivos, antipsicóticos e benzodiazepínicos, mesmo em município de porte menor.

FRANCO (2021)	Associação de medicamentos controlados em crianças: impactos para o desenvolvimento do psiquismo.	Quantificar o número de crianças matriculadas no primeiro ciclo do Ensino Fundamental de um município do interior do estado do Paraná que fazem uso de dois ou mais medicamentos controlados.	Trata-se de uma pesquisa de campo. A coleta de dados foi realizada por meio de censo e utilizou-se de um questionário preenchido pelo responsável no ato de matrícula.	812 crianças consomem medicamentos de uso controlado e 87 crianças (10,7%) fazem uso de dois ou mais medicamentos controlados em associação.
VOMMARO (2021)	O mundo em tempos de pandemia: certezas, dilemas e perspectivas.	Compreender e interpretar as dimensões sociais, políticas e econômicas dessa pandemia, para poder refletir sobre as diversas arestas da crise e as disputas que existem em torno a suas possíveis superações.	O presente artigo adota uma abordagem qualitativa, de caráter reflexivo e descritivo fundamentada em análise interpretativa de informações sobre o contexto da pandemia de COVID-19.	Primeira certeza: a potência e a importância do acesso aberto. Primeiro dilema: distanciamento social ou processamento coletivo da crise. Segundo dilema: a economia ou a vida? A certeza que não foi: descrentes ou aterrorizados. Segunda certeza: de negação em negação. Terceira certeza: diante da pandemia, as políticas públicas adotadas pelos diferentes governos em todo o mundo podem ser caracterizadas de acordo com as prioridades de cada um deles. Quarta certeza: muitos governos aproveitam essa situação imprevista para aprofundar suas características autoritárias e as políticas de descuido das grandes majorias. Quinta certeza: as políticas públicas adotadas diante da pandemia aprofundam as desigualdades sociais.

LIPP; (2020)	Stress e transtornos mentais durante a pandemia da COVID-19 no Brasil.	Averiguou em uma amostra transversal espontânea de 3.223 brasileiros adultos que responderam a um questionário on-line sobre stress.	Averiguou em uma amostra transversal espontânea de 3.223 brasileiros adultos que responderam a um questionário on-line: (1) a prevalência de stress, depressão, ansiedade e doenças físicas presentes, (2) as estratégias de enfrentamento utilizadas, (3) os estressores presentes, (4) o nível de confiança nas decisões das autoridades e (5) o quê de positivo a quarentena estava trazendo para os respondentes.	O estressor mais mencionado foi a incerteza quanto a se as autoridades estavam tomando as ações corretas para o controle da pandemia, seguida de preocupação com possível contaminação de familiares e com as finanças. Resultados indicaram a necessidade de ações governamentais e corporativas de apoio aos indivíduos com dificuldades emocionais, visando impedir o estabelecimento de uma pandemia de transtornos mentais no futuro.
-----------------	--	--	---	--

MALTA (2020)	A pandemia da COVID-19 e as mudanças no estilo de vida dos brasileiros adultos: um estudo transversal.	Descrever as mudanças nos estilos de vida, no que se refere ao consumo de tabaco, bebidas alcoólicas, alimentação e atividade física, no período de restrição social para a prevenção e controle da pandemia da COVID-19.	Trata-se de um estudo transversal realizado no Brasil com dados do inquérito de saúde virtual 'ConVid, Pesquisa de Comportamentos'. O ConVid é um inquérito de saúde conduzido pela Fundação Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz) em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).	Do total da população da amostra, 12,0% eram fumantes, com maior prevalência entre homens. O maior consumo de bebida alcoólica durante a restrição social, na população adulta, foi reportado por 17,6%, sem diferenças por sexo. Durante a pandemia, a prevalência de consumo de alimentos não saudáveis em 2 dias ou mais por semana aumentou. A prática de atividade física também apresentou mudanças devido à pandemia, no Brasil.
FREITAS, (2016)	Intercambialidade entre medicamentos genéricos e similares de um mesmo medicamento de referência.	Avaliar a intercambialidade entre medicamentos genéricos e similares de um mesmo medicamento de referência por meio da técnica de metanálise.	Comparar equivalência farmacêutica através de estudos de bioequivalência e biodisponibilidade.	Apresentação dos estudos de bioequivalência do aciclovir, amoxicilina, cefalexina, clopidogrel, doxazosina, fenitoína, fluoxetina, quetiapina e levofloxacino.
LEITE (2013)	Intercambialidade entre Medicamentos Genéricos: estudo de caso Fluoxetina.	Estudo analítico, entre medicamentos genéricos contendo cloridrato de fluoxetina 20 mg, comparando-os com o medicamento de referência, a partir de estudos de bioequivalência, a fim de verificar se os genéricos podem ser substituídos de forma segura e eficaz na prática clínica.	Descritivo e de pesquisa documental com enfoque em bioequivalência.	Todos os genéricos de fluoxetina analisados apresentaram parâmetros farmacocinéticos (Cmax, Tmax e AUC) dentro do intervalo aceito de bioequivalência (80–125%) em comparação ao medicamento de referência. Isso indica que os genéricos podem ser intercambiáveis do ponto de vista farmacocinético.

Fonte: autor.

A intercambialidade de medicamentos refere-se à possibilidade de substituir um medicamento de referência por um medicamento genérico ou similar que possua comprovação de bioequivalência, garantindo eficácia terapêutica e segurança clínica equivalentes. Este processo é fundamental para ampliar o acesso da população aos tratamentos, especialmente em sistemas de saúde pública, promovendo a redução de custos sem comprometer a qualidade da assistência.

De acordo com Araújo *et al.* 2010 a Lei 9.787/1999, contextualiza que os medicamentos devem ser prescritos em sua Denominação Comum Brasileira (DCB), que é a nomenclatura com descrição de todos os princípios ativos e respectiva grafia, aprovados pela ANVISA para serem fabricados e/ou comercializados no Brasil ou em sua Denominação Comum Internacional (DCI), corroborando e apoiando empiricamente a ideia da intercambialidade entre medicamentos de referência e genéricos, pois a partir deste ano ficou claro mais uma opção de prescrição de fármacos, como forma de mais opção para população.

O direito do profissional médico de prescrever, embora legítimo, é por vezes exercido de maneira subjetiva, sem a devida consideração por protocolos clínicos baseados em evidências. Além disso, práticas culturais e sincréticas podem levar a usos não previstos dos medicamentos, desviando-os de suas indicações originais e expondo os pacientes a riscos imprevisíveis. Esses fatores, combinados, impõem desafios significativos à promoção do uso racional de medicamentos e à efetividade das políticas de saúde pública.

Corroborando com a ideia, Osório-de-Castro *et al.* 2014 afirma que existiriam alguns fatores que contribuem com esta prática: uma grande oferta (em quantidade ou em variedade) de medicamentos, considerados essenciais ou não; a atração proporcionada por novidades terapêuticas; o marketing poderoso da indústria farmacêutica; o direito supostamente alienável do médico de prescrever; e até sincretismos culturais, que expõem os medicamentos a usos jamais pensados por aqueles que o desenvolveram.

No momento da dispensação, a intercambialidade entre medicamentos é legalmente permitida, desde que respeitadas as normas da autoridade sanitária competente. No entanto, observam-se, na prática, substituições indevidas, como a intercambialidade entre medicamentos similares e genéricos, ou ainda entre produtos diferentes do originalmente prescrito, em desacordo com a legislação vigente e sem a anuência do profissional prescritor. Tais práticas revelam fragilidades no cumprimento das normas regulatórias e podem comprometer a segurança e a eficácia do tratamento.

De acordo com Rumel *et al.* (2014) na hora da compra, a intercambialidade é legal nos locais de dispensação entre produtos com e sem marca (genérico com rotulagem específica de identificação). Medicamentos similares também acabam sendo intercambiáveis com genéricos ou novos prescritos, em desrespeito ao prescritor e às normas regulatórias vigentes. As ideias deste autor vão de encontro com a legislação, porém do ponto de vista populacional, foi identificado na pesquisa que a maior parte dos consumidores e/ou pacientes desconhecem o termo da intercambialidade farmacêutica.

O acesso à intercambialidade de medicamentos representa uma estratégia fundamental para a ampliação da cobertura terapêutica, especialmente em contextos de restrições orçamentárias e desigualdade no acesso à saúde. A possibilidade de substituição entre medicamentos de referência, genéricos e similares pode viabilizar tratamentos contínuos com menor custo, contribuindo para a adesão dos pacientes e a sustentabilidade dos sistemas públicos de saúde.

No entanto, sua implementação exige rigorosos critérios regulatórios, monitoramento farmacovigilante e a participação ativa de profissionais de saúde, a fim de assegurar que a substituição ocorra de forma segura e eficaz. Além disso, é essencial considerar fatores como a margem terapêutica dos fármacos e a adesão do paciente ao tratamento, que podem impactar os resultados clínicos em casos de troca entre medicamentos. E um dos fatores como a adesão ao tratamento, principalmente no uso de controlados pós pandemia, está diretamente relacionado com a acessibilidade em termos econômicos a esses medicamentos, e o genérico demonstra uma ótima solução ao acesso.

Como descreveu Santos *et al.* (2016) alguns consumidores desconfiam muito das diferenças de preço entre genéricos e referência e, por não possuírem conhecimento suficiente, alegam que o genérico por ser mais barato não possui a mesma eficácia que o de referência. Geralmente essas pessoas tem menos acesso à informação, sendo muito importante o papel do prescritor e outros profissionais da saúde para a orientação desses pacientes, como alternativa da afirmação deste autor e dados literários e melhor forma de fazer as pessoas entenderem este contexto é praticar a educação em saúde como fator preponderante para conscientização dos pacientes.

A confiabilidade dos medicamentos genéricos decorre dos rigorosos critérios das agências reguladoras, que exigem comprovação de bioequivalência e garantem eficácia e segurança comparáveis às dos medicamentos de referência. Apesar disso, a confiança de parte da população e de alguns profissionais de saúde ainda é limitada, influenciada por percepções de qualidade inferior e menor investimento em marketing. Nos tempos pós pandemia, o aumento do uso de medicamentos controlados devido aos problemas de saúde mental com índices bem elevados, o uso de medicamentos genéricos para “controlar” esse aumento dos problemas anteriormente mencionados, facilita a adesão ao tratamento, pois como é sabido, os medicamentos genéricos possuem um valor de aquisição bem mais acessível que os de referência.

Junior *et al.* (2019), afirma que os medicamentos genéricos são de extrema confiabilidade, sendo produzidos através critérios rígidos, adotados para análise e concessão de seus registros. Quanto ao rigor das análises, os genéricos são continuamente monitorados através de coletas aleatórias de amostras de lotes, de modo que tenha a mesma qualidade dos medicamentos de referência. Como reproduzem uma apresentação já disponível no mercado, o que facilita a produção de um novo medicamento, e por não terem nome comercial, os medicamentos genéricos dispensam investimentos no desenvolvimento

de novas fórmulas e principalmente em publicidades e por isso custam mais barato que o medicamento de referência.

No Brasil, a intercambialidade farmacêutica gera impactos positivos ao sistema de saúde, pois os medicamentos genéricos contribuem para o avanço da indústria farmacêutica desde o seu surgimento, geram crescimento da economia do país, pois são responsáveis por mais da metade das vendas do mercado farmacêutico, e por terem preços mais acessíveis, amplia o acesso da população, principalmente as de baixa renda, aos medicamentos considerados essenciais para a manutenção da saúde, em especial os destinados ao tratamento de doenças crônicas, como hipertensão e diabetes.(Alves *et al*, 2023).

No entanto, esse acesso ainda é desigual e limitado por diversos fatores, como a desinformação da população, a resistência de alguns profissionais de saúde à substituição, a baixa disponibilidade de alternativas intercambiáveis em determinadas regiões e a influência do marketing farmacêutico. Além disso, a intercambialidade requer um sistema regulatório sólido, que assegure a equivalência terapêutica entre os produtos, bem como ações educativas que promovam a confiança e o entendimento por parte dos usuários e prescritores. Assim, garantir o acesso seguro e informado à intercambialidade é um componente essencial para a promoção do uso racional de medicamentos.

O uso de medicamentos controlados aumentou significativamente no período pós-pandemia, refletindo o impacto duradouro da crise sanitária sobre a saúde mental da população. Transtornos como ansiedade, depressão e insônia tornaram-se mais prevalentes, resultando em maior prescrição de ansiolíticos, antidepressivos e hipnóticos. Além disso, a facilidade de acesso a consultas online e a busca por alívio rápido de sintomas emocionais, contribuíram para o crescimento do consumo. Esse cenário destaca a necessidade de acompanhamento médico rigoroso, uso racional desses fármacos e investimento em políticas públicas voltadas à promoção da saúde mental e à prevenção do uso indiscriminado.

CONCLUSÃO

A pandemia de COVID-19 evidenciou fragilidades no acesso a medicamentos e reforçou a importância de decisões terapêuticas baseadas em evidências, nas quais o farmacêutico possui papel determinante. Assim, este estudo contribui para a valorização da profissão e para o entendimento de que a atuação farmacêutica qualificada é indispensável na construção de um sistema de saúde mais seguro, eficiente e resiliente frente a novos desafios.

A atuação técnica e clínica do profissional farmacêutico garante a substituição segura e eficaz de medicamentos, amparada por conhecimento científico, legislações vigentes e uma prática voltada ao cuidado centrado no paciente. Além disso, sua presença ativa nas

equipes multidisciplinares contribui para a racionalização do uso de medicamentos e para a promoção da saúde pública. Portanto, reconhecer e fortalecer a atuação do farmacêutico nesse contexto é fundamental para assegurar a qualidade da assistência farmacêutica e a efetividade das terapias em um período de reestruturação dos serviços de saúde.

Além disso, torna-se necessário ampliar a discussão sobre a intercambialidade de medicamentos controlados, promovendo atualizações constantes nas normativas e capacitações específicas para os farmacêuticos que atuam na linha de frente dos serviços de saúde.

REFERÊNCIAS

ALVES, D. E.; ESTELITA, H. A. C. D.; BEZERRA, E. R. A intercambialidade farmacêutica entre medicamentos de referência, genéricos e similares: uma revisão de literatura. **Revista Multidisciplinar do Sertão**, v. 5, n. 4, 2023.

ALMEIDA, D. H. Covid-19 pandemic and its impact on medical students in Maceió, Alagoas, Northeast Brazil. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 4, 2022.

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Intercambialidade de medicamentos: abordagem clínica e o ponto de vista do consumidor**. Brasília, DF: ANVISA, 2006.

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 16, de 2 de março de 2007. Aprova o regulamento técnico para medicamentos genéricos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2007.

ARAÚJO, L. U. *et al.* Medicamentos genéricos no Brasil: panorama histórico e legislação. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 28, n. 6, 2010.

BREVIDELLI, M. M.; DE DOMENICO, E. B.. **Trabalho de conclusão de curso: guia prático para docentes e alunos da área da saúde**. 2. ed. São Paulo: Iátria, 2008.

CASTRO-DE-ARAÚJO, L. F. S.; MACHADO, D. B. Impacto do COVID-19 na saúde mental em um país de baixa e média renda. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, 2020.

FREITAS, M. S. T.. **Intercambialidade entre medicamentos genéricos e similares de um mesmo medicamento de referência**. 2016. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

HERRMANN, A. P.; MOREIRA, L. Qual a diferença entre medicamentos de referência, genérico e similar. **Farmacológica**, Departamento de Farmacologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

JUNIOR, L. R. C. A importância dos medicamentos genéricos no Brasil. **Revista Eletrônica de Trabalhos Acadêmicos – Universo/Goiânia**, v. 2, n. 4, 2019.

LO BIONDO-WOOD, G.; HABER, J. **Pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação crítica e utilização**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

MALTA, D. C. *et al.* A pandemia da COVID-19 e as mudanças no estilo de vida dos brasileiros adultos: um estudo transversal, 2020. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 29, n. 4, 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). **Painel coronavírus** [Internet]. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2020.

OSORIO-DE-CASTRO, C. G. S. *et al.* (org.). **Assistência farmacêutica: gestão e prática para profissionais da saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014.

PERES, R. S; CORTEZ, P. A. Psychosocial impact of the COVID-19 pandemic in Brazilian post-peak period: differences between individuals with and without pre-existing psychiatric conditions. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 22, n. 1, 2025.

POLIT, D. F.; BECK, C. T.; HUNGLER, B. P. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

RUMEL, D.; NISHIOKA, S. de A.; SANTOS, A. A. M. Intercambialidade de medicamentos: abordagem clínica e o ponto de vista do consumidor. **Revista de Saúde Pública**, v. 40, 2006.

SANTOS, A. R.; COLACITE, J.; SOUZA, L. F. A.. Quantitative study of the use of psychotropic medications dispensed in a public pharmacy in the city of São Miguel do Iguaçu, Paraná. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 13, 2023.

SANTOS, E. K. U. L. *et al.* Aceitação da intercambialidade de medicamentos genéricos no município de Bonfinópolis de Minas-MG. **UniAtenas**, 2016.

VITAL, R. A. E. *et al.* Covid-19 pandemic and its impact on medical students in Maceió, Alagoas, Northeast Brazil. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 4, 2022.

VOMMARO, P. O mundo em tempos de pandemia: certezas, dilemas e perspectivas. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, 2021.

WERNECK, G. L.; CARVALHO, M. S. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 5, 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Coronavirus disease (COVID-19) pandemic** [Internet]. Geneva: World Health Organization, 2020.